

SEMINÁRIO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES INFILTRAÇÃO IMPERIALISTA NO ENSINO BRASILEIRO

Esta é uma compilação das teses aprovadas no Seminário. Não é de modo algum um estudo definitivo. Ao contrário, o que a UNE pretendeu ao convocar e realizar o Seminário, foi iniciar um debate - entre todos os estudantes, para aprofundar sua luta contra a ditadura e o imperialismo.

São apenas pontos iniciais, dados básicos para uma formulação mais justa da visão do movimento estudantil, no sentido de que a luta contra a política educacional da ditadura não tem sentido a não ser como um dos aspectos da luta contra a ditadura mesma e o imperialismo que a sustenta.

As limitações do nosso estudo, aqui apresentado, são muitas. As teses não estão apresentadas numa unidade orgânica; o que era extremamente desejável, mas talvez se encontrem parceladas em algumas colocações. Algumas partes da análise estão desenvolvidas em excesso, enquanto que outras igualmente importantes ficaram prejudicadas. Muito material importante foi deixado de lado, por falta de tempo para reuni-lo no conjunto.

As causas destas limitações são inúmeras. Vários fatores contribuíram para isso: de a brutal repressão desencadeada pela ditadura até o fato de que é a primeira vez que realizamos um Seminário nestes moldes.

Mas a reflexão sobre as limitações do trabalho só são válidas na medida em que, aproveitando o máximo dessa elaboração feita e que marca um estágio muito positivo das lutas do movimento estudantil, possamos superá-lo com a realização de seminários regionais e locais, até que todas as bases tenham discutido em profundidades a problemática do imperialismo.

E, finalmente, que essa discussão do movimento estudantil sirva para fundamentar suas lutas e dar a elas a perspectiva mais coerente; a de derrubada das bases da ditadura e do imperialismo.

O trabalho se divide em quatro partes:

- I - Imperialismo
- II - Desenvolvimento Capitalista no Brasil
- III - Infiltração imperialista no ensino brasileiro
- IV - Plano de luta

PROGRAMA MÍNIMO

Levando em consideração as conclusões sobre o significado da atuação do movimento estudantil dentro de um programa revolucionário de transformação do regime a que estão submetidos os povos subdesenvolvidos passamos a explicitar alguns aspectos programáticos da luta.

1) Denúncia do acôrdo MEC-USAID, do plano ACTKON e todos os instrumentos de infiltração no sistema de ensino.

A luta contra estes instrumentos da ditadura e do imperialismo não deve ter um simples caráter de denúncia, mas deverá inclusive, materializar-se no boicote à sua aplicação em manifestação contra organismos implicados e contra o pessoal técnico estrangeiro e carregado de sua efetivação.

II) Luta pela reforma universitária - só entendida como transformação total da universidade, com a abertura de suas portas ao povo, a participação efetiva dos estudantes na sua direção e orientação do ensino voltada para os problemas nacionais, servindo assim de instrumento de luta de libertação dos trabalhadores e do povo brasileiro.

III) Luta pela gratuidade do ensino em todos os níveis - tendo em vista o fato de através dela levantarmos pontos comuns de reivindicações com as classes trabalhadoras. Este aspecto está incluído dentro da necessidade da projeção do movimento para as ruas.

IV) Denúncia de todos os instrumentos utilizados pelo imperialismo para atuar nos, como por exemplo os CORPOS DE PAZ, as visitas de personalidades, etc., deverão ser atacadas pelo movimento estudantil, possibilitando assim movimentações que estravazam os limites da Universidade.

V) Criação de uma imprensa universitária nacional, regular, e capaz de suprir as necessidades de comunicação e informação, levando-se em conta que devemos estar convenientemente capacitados a dar continuidade à luta, apesar do aparelho repressivo que se organiza, visando / barrar a organização das classes exploradas.

VI) Criação de grupos de auto-defesa do movimento universitário, visando não expor-se a uma repressão mais violenta, o que com o correr dos fatos implicará na possível perda inclusive de valiosos elementos, como também poderão levar ao esvaziamento do movimento estudantil.

Quanto ao fortalecimento do órgão de representação nacional, (UNE) e dos mais órgãos a ele filiados, alertar que o fato de estar o movimento estudantil baseado em entidades livres, não impede a utilização das entidades enquadradas, desde que não se respeitam as normas jurídicas estabelecidas pelo governo (que devem ser denunciadas e violadas por órgãos enquadrados) e somente na medida em que isto fortaleça o movimento estudantil.

O Movimento estudantil Brasileiro, liderado pela UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE - assume hoje o compromisso de lutar pela libertação do país incorporando-se às fileiras do povo brasileiro, fazendo sua, a perspectiva das classes trabalhadoras.

I M P E R I A L I S M OINTRODUÇÃO

Estas anotações deverão constituir algum material sobre o qual fixar uma visão política e ideológica do ME quanto ao imperialismo.

O aspecto principal é que não se poder determinar qualquer interpretação ou linha política quanto ao imperialismo sem compreendê-lo cientificamente e historicamente. Normalmente, tal expressão é considerada um chavão superado justamente porque seu uso arbitário e confuso a descaracterizou. Ou toma-se o imperialismo por seus sinais externos: invasões, remessa de lucros, propriedades estrangeira, etc. Ou se o identifica apenas com aquilo que não é nacional.

Uma luta anti-imperialista exige compreender este fenômeno como uma totalidade e como um processo histórico.

Totalidade, à medida que exprime uma estrutura de relações de produção, propriedade e classes, com contradições, e não uma simples manifestação de instituições isoladas. O imperialismo norte-americano, por exemplo, não é apenas a maneira como os EUA se relacionam com nações atualizadas. O imperialismo norte-americano é o sistema econômico-social americano (que aliás, não é americano em sua essência, mas internacional) e que engloba essas unidades dominadas.

Histórico à medida em que as contradições do sistema se relacionando se aproximando, se afastando, se eliminando, ou se fundindo dão movimento à totalidade modificando sua estrutura e forma e encaminhando para sua superação total.

Assim, para uma política anti-imperialista justa, essa visão tem de ser alcançada. Por exemplo não será objetiva nem eficaz uma política anti-imperialista que lute contra o capital estrangeiro e esqueça a simbiose do capital brasileiro com aquele ou o aspecto internacional. Ou se manifeste contra ditadura atual sem ela ver uma expressão desse mesmo sistema de dominação. Em fim, que veja o imperialismo como um vetor externo às nossas fronteiras, e não como uma totalidade que nos compreende, cuja raízes em parte aqui estão e cujas contradições em parte aqui se realizam.

Essas anotações são dados e modelos para que essa visão possa ser alcançada. Vamos dar uma visão geral do capitalismo como totalidade cuja história tem no imperialismo uma fase, suas contradições internas e modificações. E, por fim, a estratégia do imperialismo, enfocando o AL, de modo especial.

I - IMPERIALISMO E CAPITALISMO
Capitalismo e suas contradições

O sistema definido por capitalismo surge como uma totalidade. Como um sistema social de produção, de propriedade, de relações sociais, ideológico, cultural, - no século XIX. Neste segundo século que se consolidou o predomínio e a hegemonia do sistema de produção capitalista sobre outros que ainda existissem; e quando se completa e se consolida a dominação da burguesia sobre as demais classes sociais nos países capitalistas;

é quando o mercado nacional se baseia na produção capitalista e o mercado internacional é unificado sobre a tutela do sistema capitalista: é em fim, é quando as formas de relacionamento humano, as formas de pensar e de sentir se expressam pelo modelo da burguesia por outro lado, é quando as condições próprias do sistema possam a assumir aspectos decisivos, nelas se delineando - eis o sinal de sua maturidade - as formas de superação de sistemas superiores historicamente.

Esse desenvolvimento exigiu a consolidação das classes fundamentalmente antagônicas: a burguesia (detentora dos meios de produção) e o proletariado (a base social do trabalho). Cada nova etapa da evolução do capitalismo exigiu uma maior polarização entre as duas classes.

As origens do capitalismo entretanto, remontam à idade média, uma vez que seu aparecimento atravessou inúmeras fases e se alimentou de vários fatores. Pois, a rigor o sistema capitalista foi a forma vitoriosa de superação de um sistema anterior - o mediável - de cujas contradições foi um dos focos.

O aparecimento do comércio implicou no fortalecimento da produção para o mercado, que até o século XI não representava um grande papel na Europa. Embora houvesse comércio e intercâmbio, a produção típica do período era para consumo local - tanto de alimento como roupas, armas, etc...

Mas o comércio internacional com o oriente ou entre os feudos obrigava a que alguns setores passassem a produzir além do consumo próprio ou do senhor, em função do mercado. Tal fato atinge primeiro o artesanato que logo se desenvolveu e se consolidou como um ramo de produção diversa da agricultura (antes ambos eram cultivados nas mesmas unidades de produção, não havia grande divisão de trabalho). E para centralizar - tanto a produção como as operações monetárias e comerciais, crescem e se consolidam as cidades.

Aos poucos, se cria uma atividade comercial tão intensa e generalizada que as classes a ela liga: vurgueses, comerciantes, agiotas e artesãos tornaram-se setores sociais indispensáveis.

Ora, o comerciante vivia de lucro e era sito que justificava sua atividade. Esse lucro provinha da diferença do preço de compra e do preço de venda. Contudo, se consideraram que o valor é criado pelo trabalho, de que onde vinha o valor que baseava o lucro se o comerciante apenas deslocava o produto e nada lhe acrescentava de força de trabalho? É óbvio que esse valor extra, o lucro já estava incluído no produto. Mas como a classe dominante senhorial vivia da apropriação do excedente de produção - sob forma de produtos de moedas - essa apropriação especificado comerciante (o lucro) lhe escapava e era, na verdade um capital que se acumulava fora de seu controle daí sua oposição ao comércio e ao lucro, tanto juridicamente e ideologicamente, como de fato, perseguindo taxando, e dificultando o comércio e o comerciante explicitando uma contradição de classes entre a nobreza e a classe comerciante.

Ocorria, entretanto, que a complexificação crescente da sociedade,

das classes dominantes dificilmente era mentida em nível satisfatórios. Tratava-se de superar a crise jogando o seu ônus sobre as classes dominantes por que, estando o imperialismo intimamente associado a burguesia nacional era impossível considerá-los como entidades autônomas e superar a crise jogando o ônus sobre as camadas assalariadas.

O golpe de abril e a ditadura política que se seguiam foram resultantes dessa crise. Através dele as classes dominantes conseguiram restabelecer o controle sobre instituições sob a influência do movimento de massas inclusive patrocinavam o movimento reformista. Através da ditadura, as classes dominantes - burguesia associada ao imperialismo e latifúndio procuram conter as classes trabalhadoras nos limites necessários para a manutenção das taxas de lucro:

Para o golpe as classes dominantes utilizaram as forças armadas: instrumento destinado a manter a ordem de acordo com a perspectiva delas. Como massa de manobra utilizaram parcelas da pequena burguesia, explorando seu medo a proletarização, tendência existente pelo agravamento da crise. O golpe e a ditadura, portanto, são a causa da crise, mas produto desta, na medida em que ela punha em risco a taxa de lucro das classes dominantes e abalava o sistema.

O movimento popular brasileiro foi apanhado de surpresa pelo golpe. Em virtude das premissas falsas que adotavam em virtude da visão errada que sustentava, vendo as reformas como uma sucessão de transformações positivas, vendo na burguesia chamada nacional, possibilidades históricas para liderar uma luta anti-imperialista radical, não procurando organizar o apoio independente da ordem legal existente, mas subordinando a organização aquela ordem. As esquerdas, por essas premissas viam nas Forças Armadas, um instrumento do povo por que viam os interesses do povo identificados com os da burguesia. A falsidade de tudo isso; a falsidade da contradição nação-imperialismo; desmascarou-se em Abril de 1964 e com o processo que começou a partir daí.

Qual então a contradição principal existente no Brasil? É a contradição entre a capacidade do grande desenvolvimento do capital e as necessidades do trabalho para atender as crescentes necessidades do povo brasileiro: É a contradição entre o capital e o trabalho. Como se expressa essa contradição no plano socio-político? Ela se expressou no choque de interesses antagônicos entre o operariado, seu aliado fundamental, o campesinato, e as demais forças assalariadas de um lado; e do outro lado o conjunto das classes dominantes, campesinato, e as forças assalariadas de um lado; e do outro lado o conjunto das classes dominantes, hegenicamente controladas pelo imperialismo.

A destruição do imperialismo portanto, juntamente com seus aliados internos e seus instrumentos de poder, como por exemplo das Forças Armadas, é condição para o ascenso ao poder das classes oprimidas.

III - O golpe e a nova estratégia do Imperialismo.

Após o golpe, o capitalismo consolida e intensifica sua centralização dos capitais monopolistas no quadro econômico brasileiro. O imperialismo detém o poder aliado a oligarquia e a burguesia, incapacitados de competir com ele.

Assim é acentuado o controle em todos os níveis. Logo ao irromper o golpe de tomada do poder, a reforma bancária se efetua, com a formação do Banco Central, em que se consolida o poder do capital monopolista. Há revolução dos dispositivos fundamentais da lei da disciplina de remessa de lucros, sendo evasiada de seu conteúdo. Em seguida, a formação do acordo de garantias de investimentos, que em resumo estabelece o seguinte:

- 1) O Brasil garantirá às empresas americanas que aqui quizerem explorar minérios, montar fábricas ou estabelecimentos comerciais, obtenção de garantias de nosso governo contra possíveis prejuízos; 2) conseguidas as garantias, a empresa passa ao governo dos EUA. Se houver danos, a critério de funcionários de Washington, o governo americano, pagará a empresa e se tornará credor do governo brasileiro, retirando qualquer crédito brasileiro em bancos dos EUA; 3) garantia e pagamento serão sempre em dólar; 4) Se houver lei brasileira que proíba ao governo norte-americano de receber imóveis, como pagamento os EUA indicarão entidade privada para receber o pagamento; 5) mesmo se o acordo for sustado por algum governo, este perdurará ainda por 6 (seis) meses e a garantia será válida até 20 (vinte) anos após o encerramento do acordo.

A Aliança para o progresso torna mais evidente tal controle. São próprias as palavras de Kennedy (18 de outubro de 1960): "é necessário estimular a inversão privada na América Latina mediante melhoria dos serviços consulares, programas de desenvolvimento básico, que darão os recursos de que a indústria privada necessita e conservando acordos destinados a salvaguardar nossas inversões no exterior".

Hoje os EUA não entregam os fornecimentos aos governos; mas aos cidadãos norte-americanos presentes no local onde serão aplicados.

Os Peace Corps, espalhados por toda América Latina, encarregar-se-ão de observar se os "donatívos" estão sendo aplicados de modo a promover a simpatia na população Latino-Americana, com isto diminuindo as tensões contra os norte-americanos e facilitando as suas atividades nos países onde devem recolher riquezas necessárias à... prosperidade e segurança dos EUA. É notório e a aliança e instituição dos EUA que depende do êxito das empresas privadas norte-americanas na América Latina. Qualquer ameaça aos lucros, qualquer limitação a eles e não haverá "ajuda".

Entretanto, é uma exigência fundamental do capitalismo monopolista o aumento da taxa de lucro. Este implica na baixa do salário real e no aumento da mais-valia. Esse é fundamental para o desenvolvimento capitalista, sendo sua expressão a política salarial e sindical. Os investimentos de capitais estrangeiros que visavam atenuar a crise brasileira vem agravá-la uma vez que levam a um aumento de mais-valia. Aquela se manifesta na contradição dos interesses do operário e do camponato com relação aos interesses da classe dominante. Além dessas forças fundamentais, outras classes sociais aparecem com condições para ingressar na frente de luta radical contra o imperialismo. Ai se situa os sub-empregados do campo e das cidades, o pequeno lavrador sem terra, o pequeno proprietário e setores empobrecidos da pequena burguesia. A pequena e média burguesia-empresaria representa força importante no processo social. De um lado pela monopolização da economia que a absorve ou a destrói, de outro, pela perspectiva de ir à bancarrota com o avanço da luta do operário que, para ela, tem efeito vital. Isso relega a pequena e média burguesia a viver permanentemente do grande capital monopolista, e a uma ausência total de perspectiva como classe.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Nessa medida não pode ser considerada como aliada do operariado e do campesinato em sua luta pelo poder, embora eventualmente pequenas parcelas destas possam ser ganhas.

A prioridade defendida pelo imperialismo para investimentos (produção bélica, acelerada pelo conflito vietnamita e aplicação prioritária de capital em países sub-desenvolvidos) vem a se constituir em um fator agravamente da crise, uma vez que condiciona ao aumento da mais valia para compensação do menor investimento.

Por outro lado, as classes dominantes procuram executar algumas reformas dentro dos limites institucionais vigentes, que permitam um desafogo da crise econômica, incluindo-se aí a perspectiva do sub-imperialismo, que consistiria no estabelecimento do Brasil como uma agência sucursal do imperialismo na América Latina.

Quanto às classes dominadas, entendidas como as que suportam o ônus da tentativa de superação da crise (operariado, campesinato, as parcelas empobrecidas da classe média, os sub-empregados do campo e da cidade). A ditadura política reprime pela força qualquer tentativa de organização ou manifestação. Na medida em que a crise permaneça, é impossível as classes dominantes, em razão de sua própria sobrevivência, permitir a organização das classes dominadas no momento em que se faz uma tentativa de superação da crise às custas daquelas classes.

Domínio econômico condiciona intervenções diretas no quadro social cultural e ideológico do Brasil. Os contínuos choques entre os interesses imperialistas e os movimentos de libertação ou a possibilidade de surgimento destes, fazem com que a estratégia para a dominação imperialista se explicita em um grau cada vez... maior

Tal é o significado do que ocorre hoje no continente latino americano e especificamente no Brasil após o golpe de 1964. Trata-se de integrar politicamente o continente Latino Americano na estratégia global da dominação imperialista, cada vez mais ameaçada.

Explica-se desse modo, a tentativa de formulação por parte do Estado Brasileiro, aliado estratégico do imperialismo, de uma ideologia de "guerra total" e os consequentes conceitos de "segurança nacional": uma integração político-militar tal que impeça o desenvolvimento de qualquer movimento de libertação nacional, cujo potencial de luta é expresso de maneira crescente, devido às contradições entre o alto grau de dominação imperialista e as possibilidades de afirmação e de organização das classes dominantes.

Processa-se dessa maneira, o fortalecimento da aliança militar em operações conjuntas, convênios e acordos (OEA, FIP) (Força interamericana de paz) - tentativa de converter o exército brasileiro em força auxiliar do imperialismo norte americano na sua política de agressão internacional).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

A integração do Brasil no mercado armamentista norte americano, a sessão de direitos para aerofotometria do território nacional, o acampamento dos "marines" no Rio Grande do Norte, tem como pretexto tratar da "Segurança Nacional". Enquadra-se ainda o controle institucional que garante plena estabilidade necessária para ação da burguesia monopolista e dos interesses imperialistas, a decretação do Atos institucionais, a constituição, a lei de segurança, lei de imprensa etc.. As leis do arrocho salarial legalizam o poder da burguesia: A reforma agrária visa apenas o aprimoramento das formas de dominação. - formação partidária visa educar o povo para fazer escolhas dentro das opções permitidas pelas ditaduras.

A eleição de Costa e Silva e as eleições de 15 de Novembro de 1966, consolidam a estratégia de dominação. Começa a surgir uma falsa alternativa - Frente ampla - que congrega elementos facistas e intimamente ligados ao imperialismo. É uma alternativa, quando muito reformista sem maiores perspectivas que as de oportunismo visando capitalizar para si a contradição popular com a ditadura, mas mantendo as bases da dominação imperialistas inalteráveis.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Ora, êsse esquema de dominação imposto ao povo brasileiro, leva, necessariamente à militarização crescente dos setores básicos da sociedade. O sistema educacional não escapa a êste processo. Nem significa outra coisa a destruição dos movimentos de alfabetização de adulto e de cultura popular, e em outro nível, da Universidade de Brasília.

Existiam, antes do golpe, ao lado de movimentos estaduais e municipais três instituições atuando em nível nacional de difusão de cultura popular e alfabetização:

- Movimento de Educação de Base
- Comissão Nacional de Cultura Popular do MEC
- Plano Nacional de Alfabetização e Comissão Nacional de Alfabetização.

Essas instituições não resistiram ao golpe. O trabalho destas instituições visava a alfabetização em massa, não apenas quantitativa mas também qualitativa, colocando em questão a situação do homem alienado, exigência da estrutura social / capitalista. Êsses movimentos negavam a "cultura geral" - transmitidas pelas escolas e pelos meios de comunicação de massa que se orientam para a formação de personalidades abertas ao sistema capitalista.

A destruição dêsses movimentos significa que a política educacional do governo se orienta no sentido de consolidar um tipo de sistema educacional que, forme personalidades / ajustadas ao sistema capitalista, através de um processo orientado para a manutenção e reforço da alienação das classes dominadas, pela aceitação da ideologia das classes dominantes. A educação é o instrumento, passível de tratamento estratégico, de dominação enquadrado na teoria de segurança nacional, base ideológica da ditadura, cuja eficiência é medida pela formação de quadros para o mercado do trabalho. A essa estrutura de poder baseada na aliança entre militares e tecnocratas, enquadra da numa estratégia internacional imperialista, corresponde um sistema educacional que se orienta para o militarismo e para o tecnicismo, e onde a penetração imperialista transcende os quadros de simples financiamento, para se fixar na orientação mesma do ensino universitário.

A educação como fator de segurança nacional

A ideologia do grupo militar detentor do poder no Brasil, formou-se na Escola superior de Guerra, que desenvolveu toda uma teorização de realidade brasileira a partir do conceito abrangente da segurança nacional, inserido na estratégia imperialista de dominação internacional. "A educação dentro dêsse esquema, é vista como um dos fatores psico-sociais do poder nacional, a partir do qual se realizam os objetivos nacionais. Da correlação entre o poder nacional e os objetivos / nacionais se estabeleceu a política nacional orientada para o desenvolvimento e a segurança nacional".

A estratégia nacional "é a arte de preparar e aplicar o poder nacional para alcançar os objetivos da política de segurança nacional".

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

pesquisa econômica aplicada (EPEA) do Miniplan (Educação diagnóstico preliminar-1966):

1- "preponderância de graduados em leis e ciências sociais e diplomações insuficientes em certos ramos estratégicos para o desenvolvimento do país" (por ramos estratégicos "entende-se: agronomia, arquitetura, odontologia, farmácia, engenharia, medicina, química, veterinária);

2- "irrealismo por sustentar uma posição falsa diante da problemática brasileira".

3- "excesso de dispersão geográfica";

4- "corpo docente qualitativamente inadequado";

5- "multiplicação de laboratórios e equipamentos..., capa cidade ociosa por falta de alunos".

O citado documento frisa a "excepcional / importância a ser dada ao problema da educação brasileira" o qual já age como obstáculo" ao processo de desenvolvimento" e enfatiza a necessidade de intensificação "de programas objetivos e projetos específicos", para acelerar a solução dos seus principais problemas quantitativos e qualitativos.

.-.-.-.-.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Mas o projeto mais ambicioso, é, sem dúvida, a implantação de centros Obras-Públicas e Treinamento Ocupacional (COPTOS), por que está ligada diretamente ao problema de aguçamento de tensão Social no Nordeste. Este plano já foi denunciado na última reunião do Conselho da UNE. Em 1965, baseado em estudo realizado no Nordeste por uma empresa subsidiária da USAID, o govêrno criou a GERAN (Grupo Executivo para a Racionalização da Agro Indústria Açucareira). GERAN (e, como êle a USAID) constatou/ a gravidade da situação socio-econômica do Nordeste e apontou/ como solução a racionalização da indústria açucareira, o que / resultou no desemprego de cerca de 80 mil camponeses. O plano/ prevê a instalação desses camponeses em parcelas dominadas cul- tural, psicológica e militarmente, através da sua organização/ em COPTOS, reunindo 5.000 na idade de 16 a 21 anos. A direção/ do COPTOS é militar-coronel- com a colaboração dos corpos da paz dos EUA e assessoria da USAID. Os camponeses, a trôco de / comida (o ordenado correspondente a 10% do maior salário míni- mo nacional) serão testados e classificados ou para programas/ de treinamento vocacional ou para ação cívica (não definida no documento). Além disso, serão colocados em boa forma física e iniciados no programa educacional, visando a que êles possam / "desenvolver como cidadãos uma sociedade democrática". O COPTO como vimos é consequência do investimento de capital estrangei- ro no Nordeste através da mecanização dos engenhos provocando/ desemprego e gerando tensões sociais, significando, ainda o en- quadramento militar de camponeses desempregados, numa região / onde se açucam cada vez mais as contradições do sistema. Uma expressão indefinida como "ação cívica" ganha conteúdo quando/ relacionada com treinamento visando colocá-los em Boa forma fí- sica" e principalmente quando vemos que o COPTO reflete a expe- riência americana das "cidades estratégicas" de Vietnam.

TRATA-se de preparar camponeses para a luta an- guerrilhas pois esta é uma que os americanos tiraram das guer- ras de libertação; o sucesso das forças imperialistas está con- dicionando ao isolamento da população camponesa das forças de/ libertação. E o COPTO visa justamente a êsse objetivo: Penetra- ção imperialista: acôrdo MEC-USAID, "reforma universitária" da ditadura.

Já vimos que consta do Plano Decenal do govêr- no a recomendação no sentido de reforma da universidade. Em... 1964, o ministro Suplicy de Lacerda que "... já foram iniciadas conversações com o govêrno norte-americano para assinatura de convênios, tendo em vista a reestruturação das universidades / brasileiras.

A discussão da pseudo-reforma universitária da ditadura coincide com a denúncia da penetração imperialista na educação, pois, a pseudo-reforma significa a entrega da univer- sidade ao imperialismo- essa é a realidade do acôrdo MEC-USAID que pretende a "melhoria do atual sistema de ensino brasileiro " (texto do acôrdo, através da cooperação de técnicos brasilei- ros com técnicos da USAID.

A estrutura educacional brasileira sofre as se- guintes críticas- em documento oficial do escritório de pesqui-

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

As diretrizes para a solução dos problemas da universidade brasileira estão contidas nas recomendações constantes do relatório do professor Rudolf Atcon, sob o título "Ante-projeto de Concentração da Política norte-americana na América Latina, na reorganização universitária e sua integração econômica." O projeto foi encampado pela USAID e suas diretrizes estão inscritas em todas as iniciativas da "reforma universitária".

São as seguintes as recomendações do relatório Atcon, baseadas nas análises da universidade latino-americana:

1 "O êxito final de nossas tarefas depende de uma focalização sócio-econômica e educacional perante a América Latina. Por esta razão vemos criar uma CEPAL educacional para coordenar os estudos e programas de ação com a CEPAL econômica já existente. Este organismo educacional de alto nível deve estar qualificado para: a) desenvolver uma filosofia educacional para o continente; b) estabelecer em todos os níveis educacionais e em todos os países; c) dar prioridade máxima em todas as questões educacionais e deter os meios financeiros para a prática de tal política; e) criar e manter um serviço de consultoria para as universidades latino-americanas".

2 "A universidade Latino-americana deve consolidar sua autonomia e adquirir um grau maior de independência real. O melhor sistema legal para alcançar este grau de liberdade é a transformação da universidade em uma fundação privada.

3 "A reforma administrativa inclui " a eliminação da interferência estudantil na administração tanto colegiada como gremial".

4 A reforma compreende, em seu item d: "Colocação do ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante um período de dez anos; I - a responsabilidade financeira poderá estabelecer-se eventualmente, na divisão pelo estudante e pela universidade, do custo real do mesmo; II - deve ser estabelecido um fundo assistencial de bolsas de estudo adicionais para compensar o desaparecimento da educação superior gratuita".

Atcon apoia entusiasticamente o plano de outro professor / norte-americano, M.R. Asimow, aplicado em algumas universidades do nordeste (Plano RITA), que consiste no fomento de pequenas indústrias no interior, por iniciativas de quadros técnicos da universidade junto às autoridades locais e especializadas estrangeiras". Projeto do Plano RITA é a criação da UFRGN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), do Centro Rural Universitário de Treinamento e de ação comunista (CRUTAC) "uma ampliação do sistema educacional. Criação de uma espécie de "corpo de paz" universitário nacional" (relatório Atcon). Atcon aplaude este tipo de empreendimento embora, em outro texto, lamenta a "indesejável negligência dos Americanos e das outras instituições mundiais de assistência técnica, direta ou indiretamente ligadas aos esforços norte-americanos no que diz respeito a criação de um corpo de consultores, em organização e reorganização".

Chegou a hora de colocarmos em questão o que seja realmente "reforma universitária". A universidade, por seu caráter elitística, é uma das forças do sistema, formado profissionais vinculados ao "status quo" representa políticos das classes dominantes, forjando os próprios esquemas de dominação. Analisamos os pontos fundamentais do relatório Acon, concluímos que ele não coloca em questão as bases estruturais do ensino brasileiro. Ao contrário, ele visa justamente a eficiência desse ensino: trata-se de formar profissionais operacionais e vinculados ao "status quo", isto é, quadros técnicos para o desenvolvimento capitalista, sob a orientação do imperialismo.

O imperialismo se faz presente no ensino, a partir de dois dados:

1 - Transformação da universidade em fundação privada e
2 - o acordo MEC - USAID

A transformação da universidade em fundação pressupõe a existência de uma firme estrutora capitalista, na qual as empresas se sentirão em condições de investir em projetos de educação superior / que lhes fornecem quadros técnicos que se fazem necessários. Esse, no entanto, não é o modo algum o caso do capitalismo brasileiro, dominado pelo imperialismo. Assim, a transformação da universidade em fundação significa a entrega da universidade ao imperialismo, pois só os grupos monopolistas do capital internacional terão condições de manter e orientar as universidades transformadas em fundações, levando à progressiva privatização do ensino superior. Como consequência, teremos o enquadramento da estrutura educacional superior do país numa organização em que ela dependerá materialmente de grupos privados não nacionais, imperialistas, que, em última análise a dirigirão.

O Acordo MEC - USAID

Objetivando um total domínio sobre o ensino universitário brasileiro, o acordo MEC - USAID é um plano de infiltração imperialista do ponto de vista de uma filosofia política, que assimilará venha propiciar a manutenção do Brasil na condição de país periférico do sistema capitalista.

O pressuposto que ofereceu a base para assinatura de acordo é o reconhecimento de uma espécie de estado de calamidade no ensino superior brasileiro, e no seu próprio texto estão esboçadas as linhas gerais de um diagnóstico da situação. Nesse particular, não se trata de nenhuma novidade, mas simplesmente do reconhecimento do óbvio a universidade brasileira não está capacitada para atender às necessidades de uma sociedade em processo de transformação, cuja tônica é a sua passagem do estágio pré-industrial à era tecnológica moderna. Neste ponto, cabe-nos dizer que consciência das deficiências estruturais da universidade brasileira foi despertada com e a partir do movimento estudantil que, de posse da compreensão do problema, iniciou um programa de ação por uma modificação global consubstanciando na reforma universitária, antes do golpe.

É essa, pois, uma consciência que surgiu dentro da própria universidade, como resultado de uma vivência cotidiana de seus problemas, por parte daqueles que tem interesses em resolvê-lo concretamente.

Criou exigências de bens para cuja obtenção era necessário o fenômeno comércio e, ao mesmo tempo, as próprias divisões no seio da classe dominante (entre os senhores, reis, igreja, etc...) permitam uma larga margem de barganha à classe comerciante internacional, sem vínculos especiais exceto o lucro. A cidade se torna a sua sede e pouco a pouco compra a liberdade e privilégio.

Observamos porém que o comércio se baseava no modo de produção existente, sem modificá-lo. Esse modo de produção consistia em que o produtor -campones ou artesão- dispunha dos meios de produção (ferramentas, matérias primas) mesmo quando a terra não era sua, mas não dispunha de todo o produto, do qual uma parte era do senhor o comércio mantivera até então intacta essa maneira de produzir.

O capitalismo realmente começará quando essa forma fôr sendo alterada. De modo sumário, essa evolução se verificou na seguinte maneira:

1- o modo de produção medieval, acima descrito não permitia uma produção na quantidade e qualidade exigida pelo crescente comércio mundial. Nele as forças produtoras- a organização da produção a tecnologia o trabalhador-estavam como que sufocados pois ao mesmo tempo que elas, era exigidos cada vez mais, elas se viam mais limitadas

2- a dependência financeira dos senhores em relação aos burgueses e o esgotamento da agricultura se assentavam. Por isso, muitos nobres abandonam a agricultura, arrendam, alugam ou transformam as terras em pastagem.

3- Em consequência, um número crescente de camponeses desapropriados se vêem sem trabalho e se deslocam para a cidade.

4- Aí, o capital, acumulado no comércio, na produção artesanal controlada ou no negócio de terras, permitira a burguesia criar uma nova forma de organização da produção ao nível das exigências do mercado e que propiciem um desenvolvimento excepcional, um salto qualitativo das forças produtivas.

O modo de produção daí resultante- o capitalismo- assim se caracterizará.

a- enquanto o capitalista dispõem de todo o capital (meios de produção, matérias primas, mercadorias e lucros), o trabalhador só dispõem de sua força de trabalho;

b- essa força de trabalho será alugada a um preço que dependerá de seu valor intrínseco (grau de produtividade) medido socialmente e não por cada trabalhador e que tem sua determinação final no jogo da oferta e procura de trabalho no mercado; é pois, uma mercadoria.

c- a reprodução do capital, isto é, fonte de capital para o capitalista, a maneira como do processo resulta mais capital do que o inicial, é basicamente a apropriação do excesso de trabalho pelo

capitalista, sob a forma de mais valia. Que dizer que o produto valerá a quantidade de trabalho nêle incorporada; mas o salário do trabalhador será menor a força de trabalho ali concretizada. Essa diferença entre o valor da mercadoria e o da parte remunerada da força de trabalho-éa mais valia, apropriada pelo capitalista graças a sua condição de proprietário dos meios de produção.

d- o objetivo da produção não é mais o consumo das classes produtoras e exploradoras como no antigo regime; agora visa o lucro isto é do capital retirar mais capital. O consumo, embora permaneça o motivo original de produzir passa a ser limitado e condicionado pelo lucro.

e- em função disso, a produção capitalista é anárquia - quer dizer ela não é calculada segundo as necessidades sociais, mas sim pelo maior lucro a atingir nas condições dadas, disso resulta que os fatores que realmente atingem o lucro e que assim condicionam a produção é que são levados em conta -a diminuição das despesas e o aumento do preço do produto. Isto implica na consideração do mercado, para o qual revertem as ações de cada capitalista visando o seu lucro. Esse conjunto de ações, porém modifica o mercado (excesso de oferta, de procura aumento ou diminuição de preço, etc.) e estabelecendo nova meta de lucro levando assim á anarquia de produção.

f-a produção capitalista, ao invés de uma série de produtores individuais é a organização de produtores, que cada um produzindo uma parte do produto através de uma grande divisão de trabalho. Isto significa uma "socialização" do processo produtivo através da cooperação dos diversos produtores.

g-a produção capitalista não se destina ao consumo do produtor, sua família ou seu senhor. Ela se destina para um mercado cada vez mais amplo, para a sociedade inteira, nacional ou mundial.

O sistema engendra porém, inúmeras contradições inerentes, como veremos, ao seu próprio funcionamento:

c-a produção para o lucro X consumo -uma vez o cálculo da produção parte do lucro a obter e não das necessidades sociais (dado dependências, enquanto condições de mercado), e uma vez que se objetiva ter cada vez mais lucro e para isso vender e produzir mais, acabará ocorrendo uma desproporção entre a produção e o consumo, isto é, super produção e super consumo.

b-mais valia X consumo -se a produção visa cada vez mais um mercado amplo, socializado, os trabalhadores dêle fazem parte também, como consumidores. Ora, se a base do lucro é a retração máxima possível dos salários, com a manutenção de uma taxa alta de mais valia, a capacidade aquisitiva dos trabalhadores também é restrita e assim fortalece-se a tendência de sub-consumo.

e- a produção social X apropriação privada, que se traduz no fato de a socialização no interior e no universo das unidades de

produção criar exigências que se chocam com a propriedade privada .

Necessidade por ex, de unidades e sistemas de produção maiores, para atender a uma procura crescente, e que a propriedades privadas não satisfaz.

d-anarquia da produção X complexidade do mercado e produção fáclmente , verifica-se que a produção dos capitalistas, dos seus cálculos subjetivos, da sua propriedade indepêndente das exigências coletivas, impõem-se cada vez mais racionalizar a exploração dos recursos, planejar a produção e a distribuição. Mas isto entra em choque com a propriedade privada e o principio do lucro.

As contradições do capitalismo se desdobram no imperialismo.

O objetivo desta primeira parte é radicar o imperialismo no capitalismo, não como uma manifestação, mas como uma fase na evolução deste sistema.

Para tanto, consideramos que o movimento histórico se processa a partir das diversas contradições que se desenrolam no seio da sociedade desde as básicas , no modo de produção, até às mais superestruturas, de ordem ideológica e psicológico-social, passando pelas de classe , nações , Estados, etc. O imperialismo, como fase do capitalismo decorre do desenvolvimento das contradições internas do sistema.

A mais sensível característica da evolução do capitalismo a partir da segunda metade do século XIX , foi a concentração da produção e do capital , sob a forma de monopólios. Nêstes, grande massas de recursos materiais, materias primas, máquinas e trabalhadores concentravam-se num só conjunto econômico com uma produção em enormes quantidades.

Seu aparecimento é fruto de suas exigências básicas do capitalismo nesta época.

a- a concorrência entre os diversos capitalistas individuais levou á progressiva eliminação dos menos "aptos". Por outro lado, a própria necessidade de se enfrentar a concorrência, levou a um a aproximação dos capitalistas afim de programarem antecipadamente a participação de cada um dos mercados; de modo a minimizar os riscos, impondo assim seus preços mais elevados.

b-a extensão do mercado nacional e mundial , fruto do capitalismo bem como a necessidade de tipos de produção mais caros, e de tecnologia mais complexas (estradas de ferro , etc). exigiam a centralização de recursos numa só empresa ou sistema de empresas.

Em consequência , há uma tendência a que os setores, da economia se monopolizem, restringindo-se assim o numero de proprietários, e na prática , desaparecendo o principio de concorrência.

Dentro do processo de concentração de capital , verifica-se que o capital disponível pelos bancos e o acumulado nas empresas se fundem sob a forma de capital financeiro ou capi-

-tal monopolizador. O capital bancário provem do recolhimento das poupanças da população e de seu empréstimo a juros; só partes íntimas dos retornos- é distribuída aos depositantes, daí seu crescimento. Era esse capital bancário que financiava a indústria.

Ora, de onde esse capital retira seus juros, isto é, como se reproduz? É óbvio que pela extensão de uma parte da mais valia do produtor capitalista por ele financiado. Logo, é natural que a indústria e o banco se associem. O resultado é que se criam grandes conjuntos que dispõem de seus próprios bancos e indústrias

O conjunto dos capitalistas que tem aí seu domínio será a "oligarquia" financeira, forma específica classe dominante (é a burguesia), na fase imperialista. No período da acumulação primitiva (quando o sistema capitalista não era ainda predominante) e na fase de capitalismo, competitivo as relações econ. mundiais visavam: 1º obter mat. primas; 2º trocar prods. agrícolas; 3º exportar os prods. manufaturados.

Na fase do imperialismo, contudo, surge um novo fator propulsor das relações econômicas internacionais: a exportação de capital.

Uma vez que nos países mais desenvolvidos começa a haver uma saturação na produção-isto é, com a monopolização criou-se um limite de lucros acima do qual ele decaí, em que o mercado está limitado pelo poder aquisitivo das massas, a solução é passar a colocar esse capital acumulado em regiões menos desenvolvidas.

Aí, com matérias em abundância, mão-de-obra em maior quantidade e a menor preço e ausência de concorrentes, haverá um lucro relativamente muito maior que no país original.

além disso, os lucros no país exportador tendem a aumentar, graças á menor pressão para emprêgo de capital, bem como para financiar o capital fixo na implantação industrial nos países menos desenvolvidos.

Em suma, a exportação de capital passa a ocupar lugar preponderante em relação á exportação de mercadorias.

Isto definirá a política econômica do imperialismo.

De um lado, a necessidade de colocar os produtos em mercados externo encontra, nessa fase um dado novo: a competição de países recém-industrializados. Se na fase de concorrência, apenas a Inglaterra dominava a produção industrial os EUA, a Alemanha, a França e o Japão. As mesmas tendências a superar a concorrência levará á formação de monopólios internacionais em direções e setores diversos.

Além disso, a rivalidade é crescente quando á colocação dos produtos e á exportação de capitais para países atrasados, se tráfuzirá numa política econômica agressiva. Pois não

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

se trata mais de fornecer mercadorias manufaturadas: agora é o caso de se introduzir na ecônomia local modificando-a e causando grandes desequilíbrios. Será uma verdadeira ocupação, a qual, pelas resistências internas e pela competição externa, exigirá uma proporcional ocupação político militar.

Com isso iniciam-se as alianças do imperialismo, com as classes dominantes nas áreas periféricas ao sistema (países dominados). As potências imperialistas dividem territorialmente o mundo entre si através de tratados e concessões. Crescem, em consequência, os exércitos e marinha para sustentar esses impérios. Aos poucos, a divisão territorial antiga tem que ser refeita em função de novos concorrentes (a Alemanha praticamente ficou fora; o Japão teve que tomar áreas de influência Inglesa, Francesa e Americana) enfim, a guerra entre esses países é a saída para este tipo de concorrência e para a concorrência dos mercados em geral.

Verificamos, assim, que aquelas contradições apontadas na análise do capitalismo em geral, encontram-se aqui presentes.

O fato da economia capitalista se desenvolver á base de uma tendência á super-produção, a um decréscimo de lucro, a uma anarquia e desproporção dos setores gerando crises cíclicas e aumentando a exploração das massas, levou ao imperialismo. É por isso significou a monopolização da produção, o controle dos mercados tradicionais, a abertura de mercados virgens, a racionalização da extensão de recursos naturais e investimentos ultra lucrativos.

Foi um salto qualitativo dentro de capitalismo.

Os sinais de que este estava em crise são evidentes: as crises de super produção dos anos de 60 e 70; as revoluções operárias de toda a Europa; e o ascenso do movimento sindical e partidários operários, a pauperização das massas, a pressão social, etc.

Este salto, contudo, não implicou na superação das contradições. Amorteceu algumas e radicalizou outra. Num certo sentido, encaminhou para sua própria superação.

Em primeiro lugar, se aguça a contradição entre a produção para o lucro e o consumo. Á medida em que as empresas e investimentos não são mais pequenos, tomando a crise assim proporções mundiais. A acumulação de capital e os recursos financeiros dos grupos monopolistas internacionais tem um caráter gigantesco, surgindo novamente a tendência a super-produção.

Inegavelmente, apareceu uma série de mecanismos próprios desta fase.

- 1-destruição do excedente de produção
 - 2-dilatação de capacidade ociosa das empresas,
- i, é, diminuição da produção;
- 3-alargamento do círculo de consumidores: mercado nacional, exterior e Estado; a destruição excedente de produção bem

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

como a dilatação de capacidade ociosa exigem uma diminuição do investimento, quer dizer sôbre de capital. Este capital não pode ser mais investido, pois haverá super-produção a preços não lucrativos. De qualquer maneira, em ambos os casos surgirá a crise; desemprego, falências, inflamação, etc.

Outra solução seria obter compradores a crescente produção. Excluindo o estado que analisaremos depois vemos que a solução são os Mercados externos e internos. Contudo, para que em ambos se amplie o consumo, é necessário que se amplie também a capacidade aquisitiva das massas. Ora, uma situação de super produção, essa ampliação implicará em aumentar salários, quer dizer, diminuir lucros. A longo prazo, foi possível aos capitalistas dos países centrais, se colocar em níveis das pressões do movimento sindical em sua exigência salarial. Isso graças ao barateamento dos gêneros alimentícios, ao barateamento do custo de produção e ao super lucro colonial. É o fenômeno de exportação de contradições. Com isso, se capta ampliou a capacidade de consumo de certas áreas operárias (as das empresas imperialistas, fundamentalmente), Mas, por outro lado, implicava em diminuir a dos setores pior organizados.

Quando aos países coloniais a modificações da área de consumo implicaria em modificações estruturais que iriam atingir as relações de propriedade sôbre as quais se baseava a exploração imperialista.

Verificamos, assim que as dificuldades para à imperialismo se sustentar eram enormes, implicando em medidas contraditórias (contra a

livre concorrência, intervenção do estado, etc.) mas que, por isso mesmo, ainda não superaram as características básicas desse sistema de produção.

II - O IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO

Capitalismo monopolista do Estado

A crescente intervenção do Estado na Economia contrária frontalmente o princípio da concorrência. Pois vimos que a realidade econômica do capitalismo imõe a concorrência como meio de desenvolvimento das forças produtivas - tecnologia e trabalho. Por outro lado, vimos que esse liberalismo em função do lucro provoca distorções, crises e contradições que a levam à concorrência, centralização e monopolização do capital. Estas distorções levam a uma intervenção estatal na economia. Tal intervenção, entretanto, entra em choque com o mecanismo básico do capitalismo, provocando novas distorções.

No período de concorrência, o Estado foi usado pela burguesia (que ainda não o dominava integralmente), como poder coator: contra a classe operária e na conquista dos mercados externos. É o período "democrático-liberal", quando no Parlamento os diversos grupos capitalistas (lembramos inclusive que os setores bancários, industriais, comerciais de capitalismo agrário não estavam ainda fundidos), os remanescentes da aristocracia rural e algumas áreas de classe média pequeno burgueses disputam entre si a parte maior da produção, privilégios e vantagens na competição, leis que criem condições para fortalecer um outro grupo.

Tão logo se completa a monopolização, i.é., se consolida a fase imperialista, o Estado deixa de ser uma área de disputa e uma entidade só policial.

1 - os grandes monopolios o dominam e passam a usá-lo como instrumento político e militar de sua política colonial;

2 - o estado passa a ser o grande comprador dos excedentes de produção, um consumidor com crescente importância, para o qual a indústria cresce e produz mais, e por fim passa a ser uma ótima válvula de escape às tensões provocadas pelo sub-emprego de capital e o super desemprego, com suas obras públicas e suas encomendas às empresas privadas;

3 - além disso, o Estado pode concentrar em si, a necessidade direção econômica, em termos de corrigir disproporções, evi-

tar crises, canalizar recursos (impostos da população), responsabilizar-se por obras públicas e por atividades improdutivas.

Em suma, o Estado torna-se importante consumidor, produtor, financista e controlador econômico, inclusive, planejador / das atividades econômicas. Ora, isto vai frontalmente contra o princípio aludido da livre iniciativa pois deixando de funcionar / aí as leis do mercado há a tendência do Estado abarcar toda a economia, embora esta continue a funcionar, basicamente de modo anárquico.

Observemos, então o seguinte: De um lado, é o Estado / posse da burguesia: Assim será dentro dele que se realizara a concorrência do sistema anárquico de produção. Por outro lado, o Estado é financiador, consumidor, e investidor na produção capitalista. Se ele o faz, com que capital? De duas formas: a) canalizando parte dos excedentes de capital da burguesia funcionado assim como / "super-padrão"; b) canalizando a poupança pessoal (forçada) por impostos, taxas, contribuições, apólices, serviços, etc. O que decorre daí e que se há uma aplicação mais racional do capital, um princípio de planejamento (cuja necessidade demonstra a direção do capitalismo para o socialismo), duas contradições logo ressaltam - 1) - o estímulo à livre iniciativa, cálculo em função da concorrência, à anarquia da produção planejamento e centralização; 2) a massa consumidora, cuja importância enquanto o mercado de consumo diminui em favor do Estado tem seu poder aquisitivo diminuído para financiar o Estado consumidor. Daí super-produção nos ramos que dependem diretamente do mercado geral (bens de uso e consumo) e crescimento do Estado - consumidor e expansão dos ramos de bens de produção ou mesmo consumo ligados ao fornecimento para o Estado, o qual se vê obrigado a aumentar impostos, fomentar a inflamação, e, por outro lado a conter salários. Quer dizer, desproporção dos vários ramos, pauperização, super-produção, desvalorização da moeda, em suma: crise econômica.

III - ESTRATÉGIA DO IMPERIALISMO

A tentativa de eliminar as crises econômicas levou a uma progressiva conversão da economia americana em um gigantesco / complexo militar-industrial, em que as guerras e o processo armamentista passam a constituir uma necessidade crescente. Os grandes grupos imperialistas vivem em função da guerra e, praticamente, fazem do governo um instrumento para a consecução de seus objetivos. É o verdadeiro poder que dita as orientações ao Estado.

americanos, seguida de um comprometimento de outros países com tal ocupação, como no caso das forças militares da ditadura brasileira.

O imperialismo desencadeou, utilizando como instrumento a ditadura brasileira, uma tentativa de oficializar a Força Interamericana de Paz (FIP), eliminando o conceito de fronteiras geográficas e introduzindo o conceito de fronteiras ideológicas. Isto significava que qualquer movimento nos países de AL seria considerado uma agressão externa podendo por isso ser passível de intervenção por parte de outros países, em defesa dos interesses de grupos norte-americanos. Isto não foi lançado de repente. Foi resultado de uma preparação intensa de oficiais nos EUA para controle das forças militares. E são esses policiais, componentes da ditadura militar que insistem na oficialização de uma força armada vinculada a Organização dos Estados Americanos (OEA), com objetivos de reprimir os movimentos revolucionários na AL, ou mesmo movimentos de caráter reformista que possam afetar interesses americanos. Tenta-se convocar a reunião de presidentes com o objetivo de criar tal instrumento regional armado e, ao mesmo tempo reafirmar o apoio à luta que o imperialismo desenvolve, principalmente na agressão ao Vietnam.

O controle militar não se dá apenas por forças externas. Está em andamento um processo contínuo de preparação militar em que o exército começa treinamento anti-guerrilhas e em certas regiões, como a Amazônia, tropas americanas prepararam a luta antiguerrilhas nas selvas (próximo a Manaus). É um verdadeiro processo de militarização do país e exército se arma, bases americanas são construídas (base do submarino atômico no Rio Grande do Norte). A indústria militarizada em função de interesse norte-americano imediato, dando a falsa impressão da industrialização e desenvolvimento econômico: fábricas de aviões, armas, alimentos e medicamentos em função da guerra do Vietnam. Assim, a AL se situa cada vez mais na estratégia imperialista internacional.

A dominação econômica se faz hoje com a estreita vinculação dos grupos monopolistas locais com o imperialismo, procurando-se fazer nos próprios países a industrialização em função dos interesses desses grupos. Assim, ocorre o surgimento de uma indústria pesada de guerra (aviões, etc.), processa-se o aniquilamento de indústrias em fase de capitalismo competitivo, procura-se canalizar investimentos para consolidar a dominação em toda a extensão territorial, como operação amazônica (ocupação da Amazônia por meio de investimentos dos grandes grupos e orientações para fazer da Amazônia e do Nordeste brasileiro uma área de reserva de matérias primas

Assim, t^oda a política americana se orienta em função d^es estes grupos, tanto interna como externamente. A estratégia do imperialismo é a estratégia d^estes grandes grupos econômicos, em função de seus interesses.

Após a segunda grande guerra, processou-se a libertação / de uma série de países africanos do j^ogo colonialista, e ao mesmo tempo, os países da América Latina, África e Ásia conseguiram iniciar um processo de desenvolvimento de uma economia nacional (industrialização), constituindo-se uma burguesia nacional insipiente, numa fase de capitalismo competitivo, esboçando-se já alguns monopólios. Nesta fase, a estratégia imperialista baseava-se na necessidade de encontrar mercado para seus produtos e numa exportação de capitais para o mundo sub-desenvolvido, em virtude de uma acumulação muito grande.

Assim é que na América Latina o desenvolvimento do capitalismo nacional necessitava de capital externo, que chegava por meio de uma série de instrumentos criados para este fim, como o Fundo Monetário Internacional e o DIRD. Ao mesmo tempo que se processava uma penetração de capital, a necessidade de expansão do mercado levava, o imperialismo a criar um instrumento que, por meio de uma reforma agrária possibilitasse um aumento do poder aquisitivo do camponês, grande maioria da população latino-americana. Foi criada a Aliança para o Progresso, que servia também como instrumento de dominação ideológica e tentativa de atenuação das áreas de tensão, com medidas assistencialistas. Os grandes grupos econômicos passaram a controlar efetivamente a economia nos países dominados: era a completa penetração do capital estrangeiro.

Entretanto, para consolidação da dominação econômica nestes países, não bastava um controle apenas econômico. Era fundamental uma mudança de estratégia principalmente devido à intensificação da luta de libertação nacional do Vietnã e a passagem de / Cuba para o bloco socialista.

A América Latina passou a constituir uma propriedade dos grandes trustes. Estava se abrindo uma nova fase de ocupação da América Latina, para uma consolidação do imperialismo. Assim, intensificou-se um processo em que os grupos monopolistas e latifundiários se ligavam diretamente ao imperialismo, a levando à criação de ditaduras militares sendo estas o instrumento de atuação / do imperialismo para executar seus objetivos.

Ao mesmo tempo, tornava-se clara a disposição do governo dos EUA, expressão dos grandes trustes, de intervir militarmente / nos países da América Latina. Esta orientação foi concretizada / com a intervenção armada na República Dominicana, pelos "marines"

para o imperialismo).

Dominação política - o problema do poder. A aliança entre grupos monopolistas, latifúndio e imperialismo no seu crescente / contróle militar, econômico, ideológico, sentiu o problema fundamental do poder estatal nos países subdesenvolvidos da AL.

Assim, nos governos liberais burgueses de até então, já existe em tôdas as formas de dominação em termos de classe. Mas estas se mostravam insuficiêntes porque êstes governos não controlavam de modo absoluto as áreas de tensão, as manifestações políticas que estouravam: - greves, organização sindical de camponeses, pressões populares esporádicas.

De modo que seria necessário que o poder estivesse absolutamente controlando tôdas as forças sociais dos países dominados, sem possibilidades de riscos. A única solução seria a implantação de ditaduras militares na AL, através de golpes militares realizados pela burguesia dominante controlada diretamente pelo imperialismo norte-americano.

Assim a contradição fundamental de dominação permanece, mudando sômente a forma: de democracia liberal-burguesa passa-se a ditadura militar.

Contróle Ideológico. Uma das principais técnicas utilizadas no avanço da estratégia imperialista e o contróle ideológico das áreas dominadas. No caso de um país como o Brasil, de propeções continentais, se faz necessária a diminuição das áreas de atrite na população para uma dominação gradativa e eficaz. Antes / de chegar à evidência de uma ocupação armada (que acarreta um nível de reação imprevisível), o imperialismo tenta a "penetração / pacífica", que é levada a efeito com técnicas especiais para cada nível social, valendo-se de instrumentos poderosos como a propaganda (a comunicação escrita e falada) o contróle da opinião pública (com a detenção dos meios informativos), a promoção profissional, os planos de "eliminação das tensões sociais", a ingerência direta nas crises sociais mais agudas (áreas de desempregos e latifúndio).

Hoje, todos êstes níveis da dominação ideológica são postos em prática na AL: Aliança para o Progresso, USAID (ingerência em todos os níveis institucionais), Operando Triângulo (democracias cristãs de três continentes, base de aceitação de integração no esquema imperialista).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Esta análise sucinta mostra que a estratégia do imperialismo hoje tem caráter global, tanto no sentido de atuação em todos os setores (econômico, político, ideológico, etc.) quanto à de integração dos diversos países sob controle do imperialismo.

Esta dominação em escala continental e internacional, aliada / aos fenômenos de exportação de contradições dos países dominantes para países dominados e de aliança burguesa-latifúndio-imperialista nos países controlados, dá caráter internacional à luta de classes.

Esta análise sucinta mostra que a estratégia do imperialismo / hoje tem caráter global, tanto no sentido de atuação em todos os setores (econômico, ideológico, etc.) quanto no de integração dos diversos países sob controle do imperialismo.

Esta dominação em escala continental e internacional, aliada / aos fenômenos de exportação de contradições dos países dominantes para países dominados e de aliança burguesa-latifúndio-imperialista nos países controlados, dá caráter internacional à luta de classes.

---ooOoo---

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO

I. Fins do século XIX até 1945.

A economia brasileira se apresentava desde o início voltada a produção de matérias primas para exportação, enquadrada num esquema de diversão internacional de trabalho o qual reservava a produção industrial aos países mais desenvolvidos.

Isto favorecia, exclusivamente aos países industrializados, já que lhes permitia o escoamento do excedente e possibilitava-lhes conseguir as matérias primas de que necessitavam, por um preço bastante reduzido, pois as mesmas não seriam utilizadas pelos países produtores. Desta forma, a maioria das nossas necessidades internas (produtos manufaturados) eram supridas através da importação. O desenvolvimento econômico da nação ficava dependente das oscilações do mercado externo. A / demanda de produtos primários nos países consumidores determinavam o seu preço e, portanto, a sua maior ou menor produção (ciclos do ouro, açúcar, berracha, café, etc).

Tal o tipo de política que determinava as atividades econômicas do país. E, princípio, seria lógico pensar que ao se reduzir o preço das mercadorias que se ia exportar, reduzir-se-ia, também, o lucro dos empresários e associados ao setor. Isso não acontecia em virtude dos reajustamentos na taxa cambial.

Exemplo: as exportações eram pagas em dólares. Suponhamos que em virtude de uma crise o preço delas fôsse reduzido. Se a economia funcionasse em regime de estabilidade cambial (padrão ouro) haveria uma redução correspondente nos lucros dos empresários. Entretanto, fazia-se um reajustamento na taxa cambial, ou seja aumentava-se a cotação do dólar, e em

dinheiro brasileiro a redução do lucro seria quase nula: A exportação tornava-se assim, bastante vantajosa.

Em vista dessa lucratividade aumentava-se as ofertas e - para que êsse aumento não ocasionasse uma baixa nos preços fazia-se necessário sua contenção. Isso era realizado através do financiamento e acúmulo de grandes quantidades de estoque.

Assim é que investimos estrangeiros que ocorreram até o início do século concentram-se na sua maioria, na extração, em atividades vinculadas a elas (estradas de ferro, portos etc.) e nos serviços públicos (por serem de interêsse coletivo).

A Brazilian Traction Light & Power que foi se estendendo através de emprêsas subsidiárias é um exemplo. Para dividir com a Light o mercado brasileiro, vieram em 1927 as emprêsas elétricas brasileiras subsidiárias da American & Foreign Power (AMFORP) que é filial da Electric Bond & Share. A Light ficou com S. Paulo e Rio e a AMFORP com o interior e o Nordeste.

Como se aumentava a cotação do dólar (ou se desvalorizava a moeda nacional) as importações ficavam mais caras. Como era o povo quem pagava essas importações, visto que 50% delas era de alimentos e tecidos, deduz-se que os empresários estavam de fato socializando suas perdas.

Exemplo - A produção exportavel do café aumentou de 15.761.000 para 28.942.000 sacos de 60 kg, entre os anos de 1925 e 1929.

A produção média entre 1927 e 1929 foi de 20,9 milhões - de sacos, dos quais se exportaram 14,1 milhões. Em 1929, ano da crise, a produção atingiu 20 milhões e 941 mil sacos dos quais - se exportaram apenas 14.281.000.

O valor médio da saca de café exportada declinou de 4,75 libras em 1929 para 1,80 libras em 1933, ou seja, uma baixa de 62%. Em moeda nacional a queda foi de 192 para 145 mil réis, ou seja 25%. No triênio seguinte o preço baixou para 1,29 libras; - com reajustamento cambial o preço subiu em dinheiro brasileiro - para 159 mil réis.

No entanto, essa concentração de rendas e a própria estruturação do país em tórno de tal atividade econômica (exportação), faziam o Brasil dependente das reações distantes dos mercados internacionais. E na medida em que surgiam novos fatores que viriam influir na vida interna da nação, êsse sistema se mostrou demasiadamente frágil, comprometendo sua própria estabilidade.

A compreensão desses fatores entretanto, não é possível sem uma análise prévia das forças políticas, econômicas e sociais, que atuavam na sociedade naquele tempo.

A classe que tinha interesses comuns com interesses estrangeiros, dividia-se em 2 setores: um, o da burguesia agrário-comercial, interessando na exportação, era constituído de elementos da chamada aristocracia agrária. Esta classe, por ter sido formada historicamente de uma sociedade colonial gerenciava os negócios da nação como os de uma grande lavoura, baseada em padrões tradicionais. Esse é um dos motivos pelos quais ela não conseguia atender a necessidade de transformação que o sistema impunha.

Outro setor, interessado na industrialização, era composto de elementos que dada a sua atividade, tinham uma visão político-econômica mais ampla.

Esse setor alcançara grande desenvolvimento durante a primeira guerra mundial. É que durante a guerra, o comércio internacional se volta exclusivamente para os países beligerantes. Isso incentiva o desenvolvimento da indústria interna, pois que a importação se vê praticamente cessada.

É nesse período que são fundados 5.936 estabelecimentos industriais e o censo de 1920 indica 13.336 estabelecimentos com 1.815.156 contos de capital e 275.512 operários.

Também elementos da burguesia agrária investem capital em algumas indústrias.

Para competir com a pequena indústria, surge o capital estrangeiro, de início com a instalação de agências comerciais. Porém, para superar alguns problemas tipo tarifas alfandegárias, transportes, mão de obra etc., que constituía um ônus para a empresa estrangeira, ela simplesmente transfere para o país não somente parte, mas às vezes, todo o sistema de produção, estabelecendo nele agências subsidiárias.

Essa maneira de agir ainda contribui para adaptar a produção às peculiaridades do mercado interno facilitando, assim, sua vitória na concorrência com as demais empresas nacionais.

A Industrialização consegue desenvolver ainda, graças à expansão do regime assalariado no campo à multiplicação dos meios de transportes, comunicações e às funções político-administrativas, militares, enfim à classe média urbana enquanto consumidora.

Então, já desde o início de sua formação, vão se desenvolvendo os interesses comuns entre a burguesia industrial e o imperialismo.

O proletariado era constituído de elementos oriundos da escravidão, imigrantes europeus e alguns setores marginalizados que se tornaram assalariados.

Porém, agora, pela sua condição de livre, ele não está como o escravo preso ao seu empregador e por isso abandonará assim que o trabalho se mostrar desfavorável. Devido à baixa densidade demográfica isso forçou a adoção de um novo sistema de trabalho que consistia em pagar salários reduzidos ao trabalhador, e exigir-lhe preços altos pelos meios de subsistência. Isso foi possível porque os centros agrários situavam-se distantes da cidade. Tal política mantinha o trabalhador preso ao patrão. As inquietações surgiram, então, nessa fase de transição. Os movimentos políticos que se formavam na classe média reivindicando a democratização, ou seja, política salarial, legislação eleitoral, sistema de ensino etc., ou no proletariado com greves e outros movimentos preconizando a redução da jornada de trabalho para 8 horas, melhorias técnicas e higiênicas de trabalho, direito de sindicalização, associação, greve etc. eram um problema para a burguesia agrário-comercial, no poder, não tinha condições de resolver, acontecendo que as tensões se aprofundassem.

Mesmo assim, não foram essas contradições a principal causa da revolução de 1930, mas sim, a relação de força na classe dominante, entre os dois setores: agrário e industrial.

Nestes termos, a revolução é mais uma reestruturação do poder do que o resultado do conflito existente entre dois interesses - distintos e antagônicos.

A revolução aglutinou, desta forma, os mais variados setores da sociedade e, acôrdo com a sua composição de forças o poder tendia ora para um lado ora para outro. Assim é que ao mesmo tempo em que se retornam mecanismos de defesa à cafeicultura, coloca-se em vigor uma legislação trabalhista sistematizada (meio para a atenuação do conflito com uma classe trabalhadora em formação, ou de prevenção desse conflito através de medidas assistencialistas e paternalistas, segundo o molde da legislação do trabalho facista).

Os movimentos políticos externos repercutem dentro do país. Assim como a vitória do movimento bolchevista na URSS repercutiu no proletariado senão em termos de luta mas pelo menos como uma opção histórica possível, agora o nazismo de Hitler e o fascismo de Mussolini influem na classe média e pequena burguesia. Em 1938, frustra-se

a tentativa de uma revolução facista movida pela Ação Integralista. Em 1935 havia tido uma intentona comunista, que, porém, malogrou por não estar apoiada num forte movimento de massas. Em 1937, Getulio Vargas, através de um golpe de estado, implanta uma ditadura que só terminaria em 1945.

O imperialismo, no início do Estado Novo, decresce um pouco, não simplesmente em virtude da Revolução, mas principalmente por causa de crises dentro do próprio sistema.

É nessa época que surge a política de substituição de importações. A política de industrialização substitutiva tem duas importantes características: 1) ela se verifica quando aos produtos ^{de}manufatura barata e fácil. 2) ela se dá com os produtos de bens de consumo, pois tem que se sustentar na demanda interna. Esta exige tais produtos que são consumidos nas camadas de mais altas rendas da população, havendo pouca possibilidade de que tal produção consiga aumentar esse mercado inicial de maneira significativa. Em consequência, este tipo de industrialização longe de trazer independência econômica ao país, ao contrário, solidifica mais ainda o imperialismo, pois para aquele tipo de produção acima mencionado são necessárias cada vez mais importações de bens de capital (máquinas, matérias primas especiais ou semi-industrializadas), tecnologia, técnicos, patentes, etc.

Em suma, a política de substituição de importações não se desenvolve em antagonismo com o imperialismo, mas na verdade, surge no bojo de uma crise deste, quando ele próprio não está em condições de promover a industrialização. Não se coloca contra ele, antes é um fator de independência especial.

Esta razão de ter o imperialismo permitido ou, em certas circunstâncias, favorecido esta política, a curto prazo, ampliava a área de exploração e, a longo prazo, preparava novas formas de dominação que uma vez garantidas, iriam ser básicas para o investimento imperialista pós-guerra. Uma vez superada a crise, torna a intervir, e desta vez mais diretamente no aparelho estatal.

Como exemplo disso, temos as reformas da Constituição. Na Constituição de 1891 não se tomam medidas para defesa de minas e recursos naturais, pois de acordo com o antigo conceito de democracia, segundo a Filosofia Liberal, o Estado não poderia intervir nesses assuntos. As minas pertenciam aos proprietários do solo, fossem eles brasileiros ou não. Em 1934, porém, ela já coloca que "ã despeito da

propriedade privada somente o govêrno poderá autorizar a exploração das minas e dos recursos naturais que são reservados a brasileiros ou emprêsas organizadas no país". (podendo, entretanto, representar interêsses estrangeiros, o que, aliás, é o que realmente acontece).

No entanto, à medida que essas indústrias nacionais vão sendo controladas mais diretamente pelo capital estrangeiro, surge a necessidade de novas reformulações, que lhe permitam uma ação mais direta. Então, na Constituição de 1937, assim como na de 1946, "as minas e os recursos naturais são considerados independentes da propriedade do solo". Todavia, se na de 1937 ainda se reserva a exploração "exclusivamente a brasileiros ou emprêsas organizadas no país", a de 1946 se omitirá quanto à nacionalidade das emprêsas. É que, afinal, o imperialismo conseguia estabelecer condições para exploração de areia monazítica e outros minérios de valor estratégico, além de interêsse persistente nos nossos recursos petrolíferos.

II - Período de após-guerra

O capitalismo internacional, atingindo um grau superior de concentração e monopolização, acompanhado de alto nível tecnológico, principalmente nos EUA, aumenta seu contrôle sôbre as economias subdesenvolvidas, que haviam aproveitado a luta inter-imperialista para conseguir certo grau de autonomia. O imperialismo nesta época e nos anos seguintes, acentua a característica segundo a qual não pode ser considerado um elemento externo - penetra no seio das economias nacionais controladas diretamente os próprios meios de produção.

Isto tem importância fundamental uma vez que se dissolvem as frágeis possibilidades de formação de um capital industrial nacional. Esse capital será mesmo estrangeiro ou em associação com êle. Partir dêste momento torna-se inviável o fortalecimento da burguesia nacional como classe. A tendência é a fixação desta como sócia menor do imperialismo. Isso porque a burguesia é incapaz de lhe resistir, devido à sua crescente invasão. Esse processo de integração é caracterizado por uma série de contradições secundárias entre o imperialismo de um lado e a burguesia de outro, cada força procurando obter uma maior participação nos meios de produção.

Trata-se de saber como êsse processo se verificou no caso brasileiro.

Após a segunda guerra a burguesia nacional já bastante infiltrada pelo imperialismo, teve de se colocar diante da exigência dêste no sentido de uma redefinição no poder brasileiro.

Após a segunda guerra a burguesia nacional já bastante infiltrada pelo imperialismo teve de se colocar diante da exigência - dêste no sentido de uma redefinição no poder brasileiro.

O imperialismo não mais aceitava a série de restrições a êle impostas, passando a reivindicar a liberação completa da economia brasileira às investidas de seus capitais.

A queda de Vargas demonstrou a vitória do imperialismo na medida em que não só a Constituinte de 1946 mas também o govêrno Du tra iriam caracterizar pelo apoio ostensivo à entrada de capital estrangeiro.

O setor da burguesia nacional que se mantinha, não teve outro recurso senão concordar com a redefinição proposta pelo imperialismo. Mesmo porque a contradição existente entre os dois implicava sob aspecto nenhum na negação do sistema proposto por êles. Mas o fundamental e que na época só o imperialismo era capaz de impulsar o desenvolvimento capitalista brasileiro. E o desenvolvimento - capitalista atendia às necessidades da burguesia, embora tivesse ela que se conformar com um papel secundária de sócia menor.

O proletariado, tendo sido um aliado importante da burguesia no período anterior e que agora se encontrava intimamente ligado ao Estado através das vinculações estabelecidas pelo govêrno Vargas, passou a concentrar o fogo no imperialismo tutelado pela burguesia em campanhas que procuravam demonstrar as distorções que o capital monopolista iria trazer para o processo de desenvolvimento das forças produtivas brasileiras.

O grande processo de repressão (sindicatos fechados, dissolução do PC enquanto entidade legal), a resistência operária expressa em greves e choques com a polícia comprovam a contradição que ia se aguçando através do tempo entre o capitalismo monopolista e proletariado.

A nova ascensão de Vargas em 1950, que acenava com uma perspectiva de desenvolvimento autônomo, nacionalista, apoiada maciçamente pelas classes trabalhadoras, significa uma última tentativa por parte dos setores burgueses para ampliar seu poder.

Neste período travou-se uma luta anti-imperialista que se estendeu a todos os campos, desde o econômico, passando pelos instrumentos de poder, até as instituições políticas (campanha pela PETROBRÁS etc).

O golpe de 1954 e o posterior período de JK reestabeleceram o controle imperialista. Nesse quinquênio haverá no campo das lutas políticas uma aparente trégua entre as diversas forças sociais; isso em virtude do acelerado processo de desenvolvimento por que atravessava o país. Nesse período foi se formando no interior das esquerdas brasileiras uma concepção errônea do momento histórico. Seu erro histórico fundamental, em geral, foi o de localizar na burguesia supostamente nacional a possibilidade de participar como classe numa luta anti-imperialista radical. E seu erro foi o de ver nas contradições secundárias, entre burguesia e imperialismo, potencial para uma luta radical de uma contra o outro.

Nessa época o campesinato despontava para as lutas políticas em processo de organização, tentando sair das lutas de caráter local dispersas, que se limitavam a reivindicações mínimas, sem uma perspectiva global de sociedade.

O desenvolvimento brasileiro no fim da década de 50 é freado pela crise capitalista. O estágio alcançado requeria como condição - para a sua continuação, mas não só um crescente financiamento, mas também uma série de reformas de estruturas.

Do ponto de vista capitalista, tornava-se necessário, de um lado, a adequação do campo às necessidades do mercado, a mecanização da produção agrícola ou a conseqüente liberação da mão-de-obra; de outro lado, um maior financiamento que possibilitasse um contínuo desenvolvimento do parque industrial que, assim, seria capaz de absorver a mão-de-obra liberada.

Uma outra série de reformas complementares tentaria ajustar a máquina do Estado e as instituições sócio-políticas ao processo necessário para a superação da crise.

Um outro aspecto caracterizava a crise: os movimentos das classes assalariadas, em busca de uma maior participação na renda nacional. Esses movimentos, entretanto, permaneciam numa análise falsa, reformista, segundo a qual a burguesia nacional teria condições de levar adiante o desenvolvimento das forças produtivas. Nessa medida, procuravam centrar o fogo apenas e tão somente no imperialismo, não percebendo até que ponto seus interesses estavam ligados aos da burguesia.

Com o agravamento da crise econômica e com o crescimento dos movimentos populares, cuja tendência era a radicalização, na medida em que as reformas não eram conseguidas, a taxa de lucro das

"Compreende a realização de ações políticas, econômicas, psico-Sociais e limitares que se fundem num só quadro de conjunto, e qual constitui a pedra angular sobre que se efetua o planejamento da segurança nacional" (R.B.E.P. nº 21).

Portanto, a educação é um instrumento de realização da política de segurança nacional., mas não se deve esquecer que o conceito de segurança nacional da Escola Superior de Guerra parte de "situação internacional vista como campo da luta dos sistemas ocidental e oriental. Ao Brasil cabe se ordenar definitivamente no primeiro deles, e fazer frente ao inimigo, que vem estabelecendo frentes internas de luta, pelo desenvolvimento da chamada "guerra revolucionária". O instrumental psico-social da estratégia nacional compreende a combinação de instrumentos como a educação., informação e propaganda, na formação de personalidades aptas à defesa da democracia, contra a expansão social-do comunismo."

Em outras palavras, trata-se de formar personalidades hutis à mudança ajustadas ao sistema, em suma, processos que escondam o conflito social inerente ao sistema. Assim, a ideologia do grupo do poder no Brasil leva a subordinação da educação ao esquema de dominação, pela subordinação a objetivos não-nacionais e pelo caráter alienante - que ela assume, ao visar uma "harmonia social" que encobre toda a violência do sistema.

" A visão tecnicista ou a "econômica da educação"

Essa visão da educação como fator de segurança nacional, nascida da teorização da Escola Superior de Guerra, soma-se a visão dos setores tecnocratas do poder, centrada na "Econômica da Educação". Da união desses dois enforques, definiu-se a orientação educacional da ditadura, em duas direções que não se opõem, mas ao contrário, se completam: militarismo e tecnocismo.

A preocupação básica da "econômica da educação" é clara: o homem não é visto senão como força de trabalho. O sistema educacional brasileiro é criticado por não atender às exigências do mercado de trabalho.

Essa perspectiva tecnicista orienta o plano Desenal da ditadura na formulação do planejamento educacional; a educação é considerada peça fundamental do Plano. E a educação se situa no plano, em primeiro lugar, no sentido de atendimento às necessidades de mão-de-obra especializada, contidas nos programas dos demais setores e, em segundo lugar, no sentido de obtenção do maior rendimento possível dos recursos aplicados.

Trata-se de elevar a produtividade dos dispêndios educacionais em todos os níveis, através do desenvolvimento do ensino agrícola e industrial e de uma "reforma universitária" objeto particular de atenção do planejamento educacional do governo.

Política educacional da ditadura: militarização e penetração imperialista

Essa orientação se concretiza nas medidas educacionais do governo. E todas essas medidas se apoiam, em última análise, no imperialismo. Um imperialismo que não se esgota no simples imperialismo, mas que envolve numa única estratégia internacional as estruturas econômicas, militares, políticas, culturais, inclusive educacionais. O sentido e o conteúdo da política educacional da ditadura podem ser apreendidos a partir de duas tendências: militarização e penetração imperialistas, estando o tecnicismo subentendido em ambas.

Militarização da educação

6% do orçamento nacional é destinado às forças armadas e apenas 4,4% à educação. O encarregado das atividades Paralelas das Forças Armadas considera demagógica essa crítica, na medida em que "As Forças Armadas não significam apenas homens pagos e armados, encarregados de zelar pela segurança nacional, mas também outras atividades paralelas". Entre essas atividades está a formação de pessoal qualificado, que se dá tanto nas escolas superiores mantidas pelas Forças Armadas, quanto através do serviço militar. O serviço militar ganha dimensões mais amplas, enquadrado na conceituação abrangente de segurança Nacional. Não se trata mais de adestramento apenas, mas de "instrumento de construção e desenvolvimento do homem brasileiro".

Dentro da estratégia de dominação imperialista, a função das Forças Armadas é essencialmente política - e o exército é a base de sustentação do atual sistema de poder. O conceito abrangente de segurança nacional leva à militarização inclusive da educação. Não é outra a conclusão que tiramos da seguinte declaração de Costa e Silva "Dada a amplitude da ação das Forças Armadas e a disseminação por todo o nosso território, será possível desenvolver uma ação inteligente e eficaz numa campanha de invergedura nacional em favor da educação do povo. Este belo e generoso se inscreverá apropriadamente no grande plano de desenvolvimento geral do país, o qual se insere por sua vez no leque dos pressupostos da Segurança Nacional".

Existem vários exemplos de militarização da educação em diversas atividades regionais (criação do "guarda-mirim" que durante as manifestações estudantis de 1966 integrou-se no esquema de repressão montado pela ditadura).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Para a compreensão do acôrdo citaremos os trechos que definirem em pontos bem claros, todo o significado do seu processo de dominação.

"A finalidade do presente convênio é o lançamento de bases sólidas para uma rápida expansão de uma fundamental melhoria do atual sistema de ensino brasileiro mediante:

I - elaboração de uma série inicial de planos executáveis para ampliação e reestruturação do sistema do ensino superior, abrangendo os próximos cinco anos:

II - Criação de um mecanismo eficiente para desenvolver planos a curto e longo prazo;

III - Criação de um quadro de técnicos em planejamento educacional, brasileiro, cujo treinamento e experiência os capacite a levar adiante, para o magistério, esse planejamento em bases contínuas progressivamente mais adiantadas".

Para a sua aplicação o govêrno visa "a criação de um quadro de técnicos em planejamento educacional", formado por "bolsistas selecionados de comum acôrdo, que venham a ser enviados aos Estados Unidos ou a outros países que não o Brasil para receber treinamento".

Com o objetivo de instituir e manter o progresso dinâmico de planejamento de ensino, superior visando a determinação do que poderia constituir um sistema ideal de ensino superior no Brasil, "de forma q chegar a um plano de longo alcance, para o desenvolvimento do sistema" criou-se uma equipe de assessores norte-americano e de técnicos em planejamento que deverão servir junto ao ministério, constituindo assim, a Equipe de Planejamento de Ensino Superior (EPES)".

Esta equipe de norte-americano e brasileiros responsáveis pela reformulação geral do ensino brasileiro, financiada pela USAID, traçará ainda "os tipos de estrutura de organização e de procedimento administrativo, do ensino superior brasileiro," indicará "as formas de provimento dos quadros de pessoal, inclusive dos quadros administrativos, corpos docentes, equipes de pesquisas e quadros burocráticos para o cumprimento dos programas universitários, nos termos da estrutura de organização recomendada.

Finalmente, determinará "os tipos de currículos, métodos didáticos, programas de pesquisa e serviços de orientação e informação de estudantes, que permitam o máximo de eficiência na obtenção das categorias desejadas de elementos de formação universitária".

Desta forma, planejará "as medidas necessárias à execução do plano mediante efetivação por etapas, de reformas desejáveis do sistema, acompanhada de perto, pela ação executiva que a sua efetivação exige". Bem como fará o levantamento dos requisitos financeiros, tanto em termos de capital quanto da operação, inclusive prioridades re-

comendáveis, montantes e fontes para financiamento adequado de todo ensino superior".

Dos trechos citados, deduz-se que a importação de técnicos norte-americanos para o Brasil não objetiva evidentemente uma - simples e justa reestruturação do sistema de ensino em termos da realidade brasileira, mas sim, que através de um trabalho conjunto dos mesmos com técnicos brasileiros, seja possível uma adaptação desta - realidade ao objetivo fundamental dos acordos do mesmo tipo: a) criação de bases para a consecução de um plano de integração sócio-econômico que o imperialismo objetivou para a América Latina, de forma a manter a sua dominação.

É o que se pode concluir, também do excerto do Miniplan-Educacional do EPEA: "... têm em vista principalmente a aquisição - de técnicos modernos de planejamento notadamente com relação a certos setores da infra-estrutura (transporte, energia elétrica), vêm-se convênios com entidades internacionais, sejam órgãos das Nações Unidas (como a CEPLA e a CELADE), sejam o Banco Mundial, a Organização Mundial de Saúde, a OEA, Aliança para o Progresso, universidades ou instituições de pesquisa, etc.. com o objetivo de realizar estudos especiais a serem incorporados ao plano de perspectivas. Tal iniciativa, além de completar numericamente o corpo de técnicos nacionais permitirá a sua valorização, pela oportunidade de absorção de métodos de pesquisas e programação, ainda insuficientemente conhecidos no país".

A aplicação do acordo MEC-USAID já se faz notar também nos níveis médios e primário, sem que dêles se tenha notícia, tudo nas mesmas bases, de paridade numérica e "comum acordo", nas decisões., acrescenta-se que Rudolf Atcon escreveu um livro depois de percorrer dezesseis universidades brasileiras, a pedido do Ministro Muniz de Aragão, sem que ninguém tivesse disso conhecimento. Frise-se que o acesso às reuniões MEC-USAIDIANAS foi proibido à imprensa ou interessados, sem que nem mesmo os reitores das universidades fôssem informados de seu andamento.

Conclui-se pois, que o que se pretende importar com os técnicos norte-americanos não será o seu "know-how", mas uma filosofia educacional que nos vai ser imposta sem audiência nem mesmo das áreas interessadas imediatamente (educadores brasileiros e estudantes em geral) ainda que se possa contestar essa filosofia e os processos educacionais dela decorrente (desenvolvimento num país alheio como totalmente desvinculados da nossa realidade nacional, à qual o ensino superior deve.

É verdade que o convênio faz uma pequena concessão: "a equipe do planejamento do ensino superior recomendará a nomeação de comitês e comissões constituídos por elementos dos quadros administrativos-universitários, corpos docentes, grupos de líderes de comunidade e outras entidades e órgãos - que a equipe julgar necessária ao conveniente estudo de áreas - problemas - sistematização de planos propostos e consecução das metas visadas".

No que diz respeito ao movimento estudantil, e levando em conta as últimas experiências do "diálogo" com as autoridades da ditadura, não temos nenhuma ilusão quanto às consequências práticas deste parágrafo. Far-se-á o que a Equipe "julgar necessário" e as "metas visadas" jamais poderão ser postas em causa. Trata-se evidentemente de uma concessão retórica.

Desta forma, pretendem as classes moninantes estabelecerem uma base de aceitação de todo o progresso de dominação que desejam manter.

PLANO DE LUTA

O movimento estudantil inserido na problemática social e política de nossa época é nos países subdesenvolvidos, uma força auxiliar importante na luta anti-imperialista. As manifestações estudantis na África, Ásia e América Latina evidenciam esta afirmação. No entanto, por sua própria situação na pirâmide social, não estando ligados diretamente ao processo privativo, os estudantes, a agrupamento social, são incapazes de contestar globalmente o regime.

Suas críticas ao status ou advém muito mais da barreira que representa o subdesenvolvimento e o estado de dependência de seus países criando-lhes impossibilidades reais de se realizarem profissionalmente. Advinhos em sua maior parte das classes médias, o seu condicionamento de classe e a sua própria condição material leva-os com grande frequência a serem utilizados por uma das classes dominantes como massa de manobra na sua disputa com as demais classes da sociedade. Só na medida em que compreende o interalacionamento existente entre os fenômenos sociais, entre o subdesenvolvimento e a dominação externa, entre a base material e a superestrutura da sociedade é que poderá ser encaminhado a desempenhar aquele papel de aliado das classes revolucionárias.

No caso específico do Brasil, o movimento estudantil, vinha desempenhando um papel destacado no processo de luta de classes. Inicialmente enquadrado pelos governos burgueses, começou a romper os limites que lhe eram impostos na medida em que o movimento de massas avançava e no momento em que o proletariado, ultrapassando suas lideranças reformistas, começava a pôr em xeque não só o imperialismo e o latifúndio mas também o domínio burguês. O movimento Estudantil acon-

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

panhava este avançar, se bem que não formulasse com clareza o papel que deveria desempenhar na luta.

A repressão aberta iniciada em abril de 64 atingiu os estudantes principalmente por causa de sua capacidade de mobilização e agitação dos problemas nacionais. A lei Suplicy foi o instrumento utilizado para imobilizá-lo. A negativa, por parte dos estudantes, em aceitar este cabresto, revitalizando as UEES e principalmente a UNE e mantendo os diretórios e grêmios desenquadrados na prática, daqueles instrumento da ditadura, demonstra a possibilidade do MEC de enfrentar a ditadura e denunciá-la constantemente, principalmente enquanto o movimento de massas e, em especial, a classe operária estiverem afastada da arena política. Será através da agitação e da denúncia e da resistência à ditadura que o ME cumprirá o seu papel no momento atual. É preciso, no entanto, encaminhá-lo conscientemente para uma aliança efetiva com os trabalhadores, concretizando a Aliança Operário-Estudantil-Camponesa. E isto, só se efetivará quando compreender sua incapacidade liderar o processo e dessa forma, aliar-se enquanto força auxiliar, aos trabalhadores da cidade e do campo.

Se constatamos ser a contradição fundamental da sociedade moderna aquela existente entre a grande burguesia imperialista e o proletariado internacional e que ela se apresenta no Brasil como o antagonismo existentes entre os trabalhadores brasileiros e a aliança de Classes... (burguesia, imperialismo e latifúndio) que tem como força hegemônica o imperialismo norte-americano, cabe-nos imprimir ao ME uma atuação que leve à constestação dessa aliança e dessa dominação. O combate à dita dura, assim, deve ser colocado como o combate aos interesses das classes dominantes e assumir formas cada vez mais profundas.

Isto não implica em abandonar a luta pelas reivindicações mobilizar os estudantes e encaminhá-los para ações mais consequentes. Isto requer, no entanto, que estas reivindicações particulares sejam ligadas às reivindicações mais grandes de todo o povo e, principalmente dos trabalhadores. Vincular os problemas específicos dos estudantes à realidade em que eles se apresentam procurando, assim, apreender essa realidade como uma totalidade.

Assim é que, por exemplo a luta contra o pagamento de anuidade nas Universidades dever ser ampliada para a luta pela gratuidade do ensino em todos os níveis; a denúncia do acôrdo MEC-USAID deve abordar também o contrôle a que estarão submetidos os professores e o próprio pessoal administrativo das faculdades ganhando-os para a luta. A partir da luta pelas reivindicações específicas devemos encaminhar o movimento estudantil dentro de uma perspectiva mais ampla que dê condições básicas para sua projeção para fora das universidades, ganhando as ruas e passando a lutar pelos objetivos políticos e econômicos dos trabalhadores e da maioria da população. Isto porque, apesar do fato de atualmente o movimento estudantil ser o único setor a se colocar frontalmente contra a estrutura que sustenta o regime (por sua maior condição de organização) não pode pretender manter-se isolado das classes que realmente tem condições de modificar esta estrutura, pois este seria o seu aniquilamento. Desta forma, temos que, sem abandonar as reivindicações parciais, colocar claramente que a sua conquista e a resolução dos problemas particulares estão vinculadas à transferência mesma da sociedade, a reformulação radical das estruturas sociais.

Nestes termos, os da contestação da estrutura do sistema que permeia e determina as relações que estabelecem a sociedade dividida em classe, cabe ao movimento estudantil por parte de suas vanguardas estabelecer um programa de luta de que dê homogeneidade à sua atuação. Assim é que torna-se de grande importância o fator unidade no movimento universitário em torno de seus órgãos de representação, para o seu fortalecimento. No entanto, cabe-nos lembrar, que esta unidade só poderá ser efetiva em torno de princípios, pois as concessões de princípio, não poderão fortalecer o movimento universitário e sim afastá-lo dos objetivos a que se propõe para lutar ao lado das classes exploradas.

Objetivando a extirpação das raízes do sistema, esta luta deve ser encaminhada dentro de uma perspectiva de internacionalização da luta. Decorrente desta visão deve o movimento universitário: 1) dar total apoio aos movimentos de libertação nacional dos países da África, Ásia e América Latina; 2) (como primeiro passo) propugnar e defender a unidade entre os movimentos estudantis de todo o mundo e, em especial o movimento estudantil latino-americano.